

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Companhia”) compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. A Companhia está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Mantiquira Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes: Eurofarma, Brainfarma, Sanofi, União Química e Medley.

1.1 Eventos ocorridos no exercício de 2018

1.2 Licença de Operação

Em 08 de fevereiro de 2018, o INEA - Instituto Estadual do Ambiente requereu da Companhia informações sobre o complemento de documentações ambientais, para renovação da licença de operação das unidades produtivas (010, 100, 200, 230 e 280). A Companhia já protocolou as informações solicitadas, e aguarda a obtenção da Licença de Operação das Unidades de Produção. Cabe ressaltar que, durante o período de validação das informações emitidas pela Companhia ao instituto, a IN 025803 está vigente.

1.3 Exigências regulatórias

As exigências administrativas regulatórias feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), fizeram a Companhia interromper a produção e consequentemente, o faturamento dos seus Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) Lamivudina, Zidovudina, Fenitoína, Efavirenz e Aciclovir. No dia 12 de junho de 2017 foi protocolado pela Companhia, na Anvisa, os pedidos de excepcionalidade para a produção e comercialização dos IFA's Lamivudina, Zidovudina e Fenitoína, o qual foi deferido no final de julho de 2017.

As excepcionalidades foram concedidas devido a Companhia ter capacidade produtiva para entrega dos IFAs, mencionados anteriormente, e cumprir os requisitos normativos das Boas Práticas de Fabricação, e o não fornecimento causaria o desabastecimento e falta do medicamento no mercado, trazendo risco a população que utiliza essas medicações.

A Administração da Companhia realizou diversas ações relacionadas a melhorias no processo para a regularização dos registros dos produtos (Lamivudina, Zidovudina, Fenitoína, Efavirenz e Aciclovir). O registro do produto Fenitoína foi obtido em 22 de janeiro de 2018, já o registro dos produtos Zidovudina e Lamivudina foram obtidos 24 de maio de 2018 e 30 de maio de 2018

respectivamente. Em adição, a Companhia realizou uma inspeção, em conjunto com representantes da Anvisa para qualificar o fornecedor da Matéria Prima utilizada no produto Efavirenz, essa ação foi uma exigência do próprio Órgão (Anvisa). O certificado de Boas Práticas de Fabricação do fabricante da matéria prima utilizada no produto Efavirenz (intermediário 5 de efavirenz) foi publicado em 03 de setembro de 2018, que foi protocolado na ANVISA em 05 de setembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018 foi publicado o registro do Efavirenz e em 24 de dezembro de 2018 foi publicado a renovação do nosso Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF).

O cumprimento das exigências referente ao Aciclovir foram realizados por meio de protocolos junto a Anvisa, emitidos em 21 de novembro de 2017 e 02 de abril de 2018. A Companhia está realizando um estudo para a comercialização desse produto.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas ocorrem anualmente e são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado, foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos, e revisados a cada três anos ou quando ocorrer algum evento que possa indicar mudança significativa de vida útil.

4.2 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando: i) A Companhia tem, uma obrigação presente ou formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e iii) o valor puder ser emitido com segurança. As provisões são mensuradas a valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

As contingências são analisadas pela Administração, fundamentada na avaliação e dos seus assessores jurídicos.

4.3 Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº27 apresenta informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

4.4 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 12.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 6.15.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Adicionalmente, é necessária que as especificações técnicas requeridas em contrato que são estabelecidas por padrões globais, e que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopéia), procedimento usual neste segmento de negócio sejam satisfeitas. A Companhia emite um certificado de análise que consta todos os testes, resultados e as especificações de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de validação dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade, os produtos são liberados para o faturamento. O parágrafo B84 do CPC47 em referência estabelece esta previsibilidade, como prática aceitável no reconhecimento de vendas. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. Conforme nota explicativa 23.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.6 Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

6.7 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais para custeio, destinadas para pesquisa e desenvolvimento, são reconhecidas sistematicamente no resultado, como outras receitas, durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar.

6.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.8.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.8.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.9 ICMS sobre vendas

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao “coquetel da Aids”, conforme o convênio 10/2002 do ICMS.

6.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.11 Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.12 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

6.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.15 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

6.15.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.15.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.15.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.16 Investimentos

O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

6.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

6.18 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) ao exercício comparativo apresentado.

O impacto da aplicação da nova norma, sugerida pelo CPC 48 / IFRS 9, é a mensuração da perda esperada para realização dos ativos financeiros, registrada no balanço, na rubrica Contas a Receber.

6.18.1 IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros

Nova norma que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, hedge accounting e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 / CPC 48 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes.

Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo:

Natureza	Entendimento	Natureza da mudança na política contábil
Perdas de Créditos esperados	A Companhia estimou provisão para perdas no contas a receber de clientes, com base em históricos de perdas ou acordos contratuais, sensibilizando os recebíveis, não vencidos por esta análise.	O montante da provisão foi mensurado, de modo a refletir o valor imparcial ponderado pela probabilidade, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e sustentáveis disponíveis na data do balanço sobre eventos passados.

O quadro a seguir resume a mensuração dos montantes, originalmente apresentado, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 / IFRS 9 sobre os lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

Afirmações	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Saldo adoção inicial 1º janeiro/2018 - IFRS 9	Saldos em 1º janeiro de 2018
Clientes (Ativo)	28.767	(117)	28.650
IR/CS Diferido (Ativo)	1.026	40	1.066
Ajustes dos efeitos no patrimônio líquido	-	(77)	(77)

a. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018, na visão consolidada.

Ativos Financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Contas a receber e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	28.767	28.650
Caixa e Bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.139	6.139
Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	11.721	11.721
Outros Ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	36.195	36.195
Total dos Ativos Financeiros			82.822	82.705

6.18.2 IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/ IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas,. A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi representada dessa forma, foi reportada de acordo com o CPC 30 /IAS 18, CPC 17 / IAS 11. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens e serviços. Dessa forma, com base na avaliação realizada, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias com as mudanças do CPC 47 / IFRS 15.

A Companhia atualizou a sua política contábil sobre o reconhecimento da receita de vendas, conforme determinado no CPC 47/IFRS 15.

As transações de vendas efetuadas por encomendas, são registradas contabilmente somente após aprovação do departamento de controle de qualidade, que tem por objetivo atestar se as especificações técnicas dos produtos fabricados, estabelecidas nos pedidos de vendas estão em conformidade com os contratos celebrados com os clientes, além dos procedimentos estabelecidos na política de transferência de propriedade,conforme nota explicativa 24.

As especificações técnicas requeridas em contrato são estabelecidas por padrões globais, que tem referencia no manual farmaceutico (Farmacopéia), procedimento usual neste segmento de negócio. A Companhia emite um certificado de análise que consta todos os testes, resultados e as especificações de acordo com as referencias descritas no paramentro Global. Ao término do processo de validação dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade, os produtos são liberados para o faturamento.

Sob a luz do parágrafo B84 do CP47 em referencia estabelece esta previsibilidade, como pratica aceitável no reconhecimento da receita de vendas no momento em que ocorre a troca de propriedade, observando as exigências técnicas estabelecidas em contrato e aprovadas pelo setor de qualidade da Companhia.

6.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

6.19.1 IFRS 16 - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Com base na sua avaliação bem como nas operações de arrendamento existentes, a Companhia considera que os novos requerimentos não apresentam um impacto significativo nas demonstrações financeiras, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de Arrendamento Mercantil.

6.19.2 Outras normas

As seguintes normas alteradas interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).

Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	7.650	5.463
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	<u>2.762</u>	<u>676</u>
	<u>10.412</u>	<u>6.139</u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez; prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8 Aplicações financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>11.917</u>	<u>11.721</u>
	<u>11.917</u>	<u>11.721</u>

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 96% a 99% do Certificado de depósito interfinanceiro - CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes nacionais (i)	15.674	27.820
Clientes estrangeiros	<u>1.355</u>	<u>947</u>
	<u>17.029</u>	<u>28.767</u>

- (i) A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Blanver Farmoquímica Ltda, Brainfarma Indústria Química e Farmaceutica S/A, a Sanofi Aventis Farmaceutica Ltda S/A, União Química Farmaceutica S/A e a Cristália Produtos Químicos e Farmaceuticos representam, em 31 de dezembro de 2018 cerca de 67% do saldo de contas a receber de clientes nacionais, (81% em 31 de dezembro de 2017).

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	15.594	18.247
Vencidos até 30 dias	270	7.222
Vencidos de 31 até 60 dias	1.141	140
Vencidos de 61 até 120 dias	-	213
Vencidos de 121 até 180 dias	5	-
Vencidos acima de 180 dias	<u>543</u>	<u>2.945</u>
	<u>17.553</u>	<u>28.767</u>

A constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do período como “Despesas comerciais”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Em 31 de dezembro de 2018 a provisão para perda de crédito é de R\$ 523, sendo que o efeito do CPC 48/IFRS 09 foi de R\$ 209.

	Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa
Saldo em 31/12/2017	120
Adições no exercício	558
Baixa no exercício	(155)
	<hr/>
Saldos em 31/12/2018	523
	<hr/> <hr/>

	Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa
Saldo em 31/12/2016	45
Adições no exercício	305
Baixa no exercício	(230)
	<hr/>
Saldos em 31/12/2017	120
	<hr/> <hr/>

10 Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	21.909	10.818
Produtos em processo	3.712	6.557
Produtos para revenda	328	386
Matérias-primas	20.274	13.930
Almoxarifado	627	347
	<hr/>	<hr/>
	46.850	32.038
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 348 (R\$ 1.755 em 31 de dezembro de 2017). Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

	Provisão para perdas nos Estoques
31 de dezembro de 2017	1.755
Adições	600
Reversões	(2.007)
	<hr/>
31 de dezembro de 2018	348
	<hr/> <hr/>

11 Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
CSLL	1.068	582
PIS	185	103
COFINS	1.377	470
IRRF	49	49
IPI	31	22
ICMS	301	416
Parcelamento da Lei 12.996/04	410	1.368
Outros	33	33
	<u>3.454</u>	<u>3.043</u>

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ diferido	430	754
CSLL diferido	155	272
	<u>585</u>	<u>1.026</u>

A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. A movimentação do impacto no resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Provisão de Perdas com Estoque	600	2.594
Contingências	105	129
Provisão de PCLD	558	305
Diferença de Taxa Fiscal x Contábil	(2.209)	-
Reversão de Perdas com Estoque	(2.007)	(1.622)
Reversão de PCLD	(155)	(184)
Reversão de Contingências	(398)	(506)
	<u>(3.506)</u>	<u>715</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	<u>(1.192)</u>	<u>243</u>

13 Imobilizado

		31/12/2018		31/12/2017
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	51.015	(7.589)	43.426
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	31.480	(14.254)	17.226
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.365	(852)	513
Veículos	10% a 20%	445	(206)	239
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	3.656	(2.272)	1.384
Imobilizado em andamento	-	6.018	-	6.018
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-
Outros	4% a 10%	2.715	(2.339)	376
		<u>98.799</u>	<u>(27.512)</u>	<u>71.287</u>
				<u>68.087</u>
		31/12/2017		31/12/2016
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	51.015	(6.476)	44.539
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	29.807	(12.235)	17.572
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.328	(744)	584
Veículos	10% a 20%	319	(249)	70
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	3.285	(1.800)	1.485
Imobilizado em andamento	-	1.282	-	1.282
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-
Outros	4% a 10%	2.701	(2.251)	450
		<u>91.842</u>	<u>(23.755)</u>	<u>68.087</u>
				<u>65.593</u>

Movimentação do custo

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2018
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	51.015	-	-	-	51.015
Máquinas e equipamentos	29.807	254	(47)	1.466	31.480
Móveis e utensílios	1.328	41	(4)	-	1.365
Veículos	319	241	(115)	-	445
Equipamentos de informática	3.285	317	(9)	63	3.656
Imobilizado em andamento (i)	1.282	6.280	(15)	(1.529)	6.018
Adiantamento de fornecedores (ii)	-	-	-	-	-
Outros	2.701	14	-	-	2.715
Total	<u>91.842</u>	<u>7.147</u>	<u>(190)</u>	<u>-</u>	<u>98.799</u>
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Terrenos	1.221	-	-	884	2.105
Instalações	16.372	-	-	34.643	51.015
Máquinas e equipamentos	15.861	260	(7)	13.693	29.807
Móveis e utensílios	1.171	42	(5)	120	1.328
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	2.459	194	(40)	672	3.285
Imobilizado em andamento (i)	45.968	5.824	(460)	(50.050)	1.282
Adiantamento de fornecedores (ii)	158	-	-	(158)	-
Outros	2.485	20	-	196	2.701
Total	<u>86.014</u>	<u>6.340</u>	<u>(512)</u>	<u>-</u>	<u>91.842</u>

(i) A Companhia apresentou um projeto de expansão, aprovado em reunião de conselho em 20 de junho de 2013, que contemplava duas unidades Fabris, ambas localizadas no próprio terreno da Companhia.

- Unidade 230: A construção dessa unidade foi concluída em 30 de outubro de 2016 com o objetivo de fabricação de IFA de baixa escala. A produção em escala comercial foi iniciada em 01 de agosto de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.
- Unidade 280: Essa unidade foi construída com o objetivo de fabricação de IFA de alta escala, sendo liberada para a produção em escala comercial a partir de 03 de abril de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.

O aumento na variação do imobilizado em andamento ocorrido no exercício refere-se, basicamente, a aquisição da Centrífuga alocada na unidade 280 e as reformas efetuadas nas unidades 10 e 100. A composição dos gastos registrados na conta de imobilizado em andamento, estão relacionados abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Obras Civis	1.723	279
Equipamentos	1.472	506
Materiais	414	12
Montagem	237	-
Outros	2.172	485
Total	<u>6.018</u>	<u>1.282</u>

Movimentação da depreciação

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Instalações	(6.476)	(1.113)	-	(7.589)
Máquinas e equipamentos	(12.235)	(2.061)	42	(14.254)
Móveis e utensílios	(744)	(112)	4	(852)
Veículos	(249)	(72)	115	(206)
Equipamentos de informática	(1.800)	(481)	9	(2.272)
Outros	(2.251)	(88)	-	(2.339)
Total	<u>(23.755)</u>	<u>(3.927)</u>	<u>170</u>	<u>(27.512)</u>

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Terrenos	-	-	-	-
Instalações	(5.566)	(910)	-	(6.476)
Máquinas e equipamentos	(10.415)	(1.826)	6	(12.235)
Móveis e utensílios	(656)	(90)	2	(744)
Veículos	(228)	(21)	-	(249)
Equipamentos de informática	(1.442)	(398)	40	(1.800)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Outros	(2.114)	(137)	-	(2.251)
Total	<u>(20.421)</u>	<u>(3.382)</u>	<u>48</u>	<u>(23.755)</u>

Em 31 de dezembro de 2018, parte do ativo imobilizado no montante de R\$ 33.611 (R\$ 33.611 em 31 de dezembro de 2017), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

14 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	1.646	1.775
Fornecedores estrangeiros (i)	8.963	9.918
	<u>10.609</u>	<u>11.693</u>

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 31 de dezembro de 2018 os principais produtos comprados foram: Tenofovir, Tritel-Azido-Timidina e Canrenona (Aldadieno). (Em 31 de dezembro de 2017 foram: Tenofovir, Salicilato de Lamivudina e Tritel-Azido-Timidina).

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar Pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2017	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2018
BNDDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	7.897	-	304	(310)	(2.150)	5.741
BNDDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	5.327	-	370	(344)	(1.453)	3.900
BNDDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	2.358	-	71	(72)	(642)	1.715
BNDDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	5.356	-	409	(384)	(1.339)	4.042
BNDDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	222	-	16	(15)	(55)	168
		<u>21.160</u>	-	1.170	(1.125)	(5.639)	15.566
Circulante		6.000	-	-	-	-	6.033
Não Circulante		15.160	-	-	-	-	9.533
Total dos Empréstimos e Financiamentos		<u>21.160</u>	-	-	-	-	<u>15.566</u>

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2016	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2017
BNDDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	10.051	-	401	(405)	(2.150)	7.897
BNDDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	6.708	-	506	(446)	(1.441)	5.327
BNDDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	3.001	-	93	(94)	(642)	2.358
BNDDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	-	5.263	212	(119)	-	5.356
BNDDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	-	218	9	(5)	-	222
		<u>19.760</u>	5.481	1.221	(1.069)	(4.233)	21.160
Circulante		4.770	-	-	-	-	6.000
Não Circulante		14.990	-	-	-	-	15.160
Total dos Empréstimos e Financiamentos		<u>19.760</u>	-	-	-	-	<u>21.160</u>

- (ii) Contrato BNDDES N° 13.2.0554.1

Principal:	Limitado a R\$20.996 mil
Juros:	De 1,5% a 4,5% a.a.
Vencimento:	Em 60 parcelas a partir de setembro/16 e a última em agosto/21.
Garantia:	Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.

(iii) Contrato BNDES N° 17.2.0124.1

Principal:	Limitado a R\$ 5.527 mil
Juros:	2,36% a.a. + TJLP
Vencimento:	Em 48 parcelas a partir de janeiro/18 e a última em dezembro/21. Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia:	

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A Companhia apresenta *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES. A Administração vem monitorando e até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos *covenants*.

(i) *Covenants financeiros*

O contrato de N° 17.2.0124.1, firmado em agosto de 2017, apresentar cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais, ou seja, indvidamento líquido igual ou superior a 0,45 e relação entre dívida líquida/ebitda manteve-se igual ou inferior a 3. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Adicionalmente, o contrato requer *covenants* não financeiros, conforme abaixo.

(ii) *Covenants não financeiros*

- Redução do quadro de pessoal;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Manter em situação regular suas obrigações junho aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato;
- Outros.

16 Transação com partes relacionadas

	Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outros acionistas (Empréstimos) - nota explicativa 15	-	-	-	-
BNDES (Empréstimos) - nota explicativa 15	15.566	21.160	(1.170)	(1.221)
	<u>15.566</u>	<u>21.160</u>	<u>(1.170)</u>	<u>(1.221)</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 2.660 (Em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 2.816).

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Encargos Sociais a Recolher	718	701
Encargos Assistenciais a Pagar	142	32
Provisão de Férias	2.456	2.599
	<u>3.316</u>	<u>3.332</u>

18 Obrigações fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a Recolher	476	484
Imposto de Renda na Fonte	1.024	705
Provisão de IR e CS	1.064	935
Parcelamento de Débitos Federais (a)	281	1.676
Outros	57	21
	<u>2.902</u>	<u>3.821</u>
Circulante	2.902	2.270
Não Circulante	-	1.551

Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14

Em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21 de agosto de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25 de setembro de 2015 no montante de R\$ 433 mil. A Companhia acionou os seus advogados tributaristas, para agilizar junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- Parcelamento efetuado em 60 meses;
- Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC;
- Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%;
- Redução dos Juros de Mora em 35%;
- Redução do Encargo Legal de 100%;
- Antecipação de 10% do Débito parcelado em 5 meses;

- Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224;
- Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811;
- Os débitos tributários solicitados pela Companhia para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034;

19 Adiantamento de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Fundação Oswaldo Cruz - Fio Cruz	-	2.584
Outros	<u>34</u>	<u>69</u>
	<u>34</u>	<u>2.653</u>

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa.

	Causas trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2017	<u>641</u>
Adições	105
Reversões	<u>(398)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>348</u>
	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.018</u>
Adições	129
Reversões	<u>(506)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>641</u>

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía processos judiciais e nenhuma provisão foi constituída por não possuir uma obrigação presente como resultado de evento passado, com saída de recursos e confiável estimativa do valor. Com base na opinião dos assessores judiciais da Companhia e avaliação da Administração, esses processos totalizam os montantes de R\$ 4.690 (R\$ 4.477 em 31 de dezembro de 2017).

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 68.235 (R\$ 68.235 em 31 de dezembro de 2017) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações Ordinárias	%	Total
Acionista controlador e demais acionistas	9.501.915	80	9.501.915
BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>11.877.395</u>	<u>100</u>	<u>11.877.395</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante.

Os dividendos foram calculados conforme detalhado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	22.942	13.741
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(1.147)</u>	<u>(687)</u>
Base de cálculo	<u>21.795</u>	<u>13.054</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>5.449</u>	<u>3.264</u>
Total na forma de dividendos	449	264
Total na forma de juros sobre o capital próprio	5.000	3000
Imposto de Renda S/Juros sobre capital retidos	<u>(750)</u>	<u>(450)</u>
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar - passivo	<u>4.699</u>	<u>2.814</u>

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	33.473	19.893
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	2.408	2.282
Provisão de Perdas com Estoque	600	2.594
Provisão para contingências	105	129
Participações de Dirigentes	133	295
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(2.007)	(1.622)
Reversão de Contingências	(398)	(506)
60% dispêndios com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(127)	(122)
Juros sobre o capital próprio	(5.000)	(3.000)
Outros	(1.152)	(725)
Lucro tributável	<u>28.035</u>	<u>19.218</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	9.531	6.534
Outros	(191)	(139)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	<u>9.340</u>	<u>6.395</u>
Alíquota efetiva	<u>33%</u>	<u>34%</u>

23 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	200.838	152.722
Menos:		
Vendas Canceladas	(3.015)	(1.837)
Impostos sobre vendas	<u>(9.308)</u>	<u>(7.278)</u>
	<u>188.515</u>	<u>143.607</u>

24 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos Materiais	(90.766)	(69.564)
Custo c/ Pessoal	(20.549)	(18.968)
Custo c/ Serv. Terceiros	(1.954)	(2.496)
Custo c/ Ocupação e Utilidades	(10.436)	(9.750)
Custo c/ Depreciação	(3.198)	(2.786)
Custos Produtos Vendidos	(126.903)	(103.564)
Custo Produtos Revendidos	<u>(1.022)</u>	<u>(2.147)</u>
	<u>(127.925)</u>	<u>(105.711)</u>

25 Despesas Operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com vendas	<u>(1.782)</u>	<u>(651)</u>
Despesas com pessoal	(9.754)	(9.605)
Serviços de terceiros	(3.511)	(3.198)
Ocupação e utilidades	(2.439)	(1.660)
Despesas Administrativas	(5.213)	(2.156)
Depreciação	<u>(721)</u>	<u>(573)</u>
Despesas Gerais e Adm.	<u>(21.638)</u>	<u>(17.192)</u>
Despesas operacionais	<u>(23.420)</u>	<u>(17.843)</u>

26 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	791	1.027
Outros	<u>227</u>	<u>329</u>
Total	<u>1.018</u>	<u>1.356</u>
Despesas financeiras		
Juros	(1.170)	(918)
Outros	<u>(693)</u>	<u>(809)</u>
Total	<u>(1.863)</u>	<u>(1.727)</u>
Variação cambial, líquida	<u>(3.846)</u>	<u>(215)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.692)</u>	<u>(586)</u>

27 Instrumentos financeiros

27.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 12), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante	29.724	30.087
Passivo não circulante	10.636	17.354
Total	40.360	47.441
Ativo total	162.558	152.146
Índice de endividamento líquido	25%	31%

27.2 Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	11.917	11.917	11.721	11.721
Contas a receber	17.029	17.029	28.767	28.767
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15.566	15.566	21.160	21.160
Fornecedores	10.609	10.609	11.693	11.693

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

27.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

27.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

27.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2018, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 17,13% frente ao real (2017 - valorização de 1,50%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	6.701	3.940	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	1.355	947	US\$
Adiantamento a fornecedores	76	237	US\$
Passivo: Seguro Transporte	355	294	US\$
Fornecedores estrangeiros	8.963	9.918	US\$

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

27.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 22.329 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$ 15.566 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 21.160 em 31 de dezembro de 2017). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

27.7 Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 17.029 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 28.767 em 31 de dezembro de 2017), tem como os maiores volumes devidos pela, Blanver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brainfarma, Laboratório Teuto, Sanofi, Eurofarma Laboratórios S/A, Takeda Pharma Ltda, Cristália, União Química e Medley, foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 22.329 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Em 31/12/2018	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	10.609	-	-	10.609
Financiamentos	6.033	9.471	62	15.566
Em 31/12/2017	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	11.693	-	-	11.693
Financiamentos	6.000	12.143	3.017	21.160

27.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados. Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado.

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 201.554 para danos materiais (R\$ 153.460 em 31 de dezembro de 2017), e R\$ 32.500 para responsabilidade civil (R\$ 32.000 em 31 de dezembro de 2017).

29 Lucro líquido por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.942	13.741
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	11.877	11.877
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	1,93	1,16

30 Eventos Subsequentes

30.1 Liberação de recursos proveniente do financiamento BNDES

Em novembro de 2018, a Nortec firmou um contrato de financiamento para Projetos Triênio 2019-2021 com o BNDES no valor de R\$ 26.328. O contrato de financiamento BNDES - Nortec foi subdividido em seis subcréditos para as seguintes finalidades: Plano de Inovação, Reforma P&D, Expansão da capacidade produtiva, Implantação do novo prédio administrativo, Implantação da subestação de energia e Implantação dos galpões de armazenamento. No dia 15 de fevereiro de 2019, a companhia recebeu parte dos recursos relacionados aos três subcréditos